

A VERDADEIRA PÁSCOA

Muitos, pois, dentre os judeus que tinham vindo visitar Maria, vendo o que fizera Jesus, creram nele. Outros, porém, foram ter com os fariseus e lhes contaram dos feitos que Jesus realizara. Então, os principais sacerdotes e os fariseus convocaram o Sinédrio; e disseram: Que estamos fazendo, uma vez que este homem opera muitos sinais? Se o deixarmos assim, todos crerão nele; depois, virão os romanos e tomarão não só o nosso lugar, mas a própria nação. Caifás, porém, um dentre eles, sumo sacerdote naquele ano, advertiu-os, dizendo: Vós nada sabeis, nem considerais que vos convém que morra um só homem pelo povo e que não venha a perecer toda a nação. Ora, ele não disse isto de si mesmo; mas, sendo sumo sacerdote naquele ano, profetizou que Jesus estava para morrer pela nação e não somente pela nação, mas também para reunir em um só corpo os filhos de Deus, que andam dispersos. Desde aquele dia, resolveram matá-lo – Jo 11.45 a 53

INTRODUÇÃO

Há muitas incompreensões quando falamos de Páscoa.

PÁSCOAS:

1. A PRIMEIRA PÁSCOA – Aquela celebrada por Moisés no Egito – Êx 12
2. AS MUITAS PÁSCOAS – As demais celebradas nos muitos anos pelos hebreus/judeus desde a saída do Egito
3. AS FALSAS PÁSCOAS – As dos ovos de chocolate – a “páscoa comercial”
4. A VERDADEIRA PÁSCOA – Aquela celebrada por Deus na cruz do Calvário.

O CONTEXTO DO TEXTO:

Jesus havia estado em Betânia e ressuscitar a seu amigo Lázaro – Jo 11.1 a 44. A notícia da milagres havia chegado ao conhecimento dos membros do Sinédrio – a corte religiosa e jurídica de Jerusalém. Os fariseus pressionaram os membros do sinédrio. Para eles era urgente que se tomassem uma decisão a respeito do que fazer com Jesus Cristo. Depois da fala de Caifás eles deliberaram matá-lo – Verso 53.

Por que?

A resposta está na fala de Caifás:

Vós nada sabeis, nem considerais que vos convém que morra um só homem pelo povo e que não venha a perecer toda a nação – versos 49 e 50

João considerou a fala de Caifás profética:

Ora, ele não disse isto de si mesmo; mas, sendo sumo sacerdote naquele ano, profetizou que Jesus estava para morrer pela nação e não somente pela nação, mas também para reunir em um só corpo os filhos de Deus, que andam dispersos. – versos 51 e 52

João tinha em mente o que os profetas haviam dito a respeito do Messias, em especial o que havia dito o profeta Isaías sobre o Servo do Senhor – Isaías 42 a 53.

Paulo afirmou que no Calvário “Cristo, nosso Cordeiro pascal, foi imolado” – 1Co 5.7

Há algumas verdades que antecedem e tornam a verdadeira Páscoa necessária.

Duas delas relacionadas à lei de Deus e duas relacionadas à provisão de Deus.

1. A lei de Deus é inflexível e implacável.
2. O que a Lei de Deus exige sua graça dispõe.

I. A LEI DE DEUS É INFLEXÍVEL

Tudo que aconteceu naquela Páscoa – a verdadeira – está relacionada à Lei de Deus que é absolutamente inflexível.

Para Tomás de Aquino a lei pode ser classificada em 4 grupos distintos.

1. A Lei Eterna

A Lei eterna, esclarece Santo Tomás se constitui na “*razão ou plano da divina sabedoria, enquanto dirige todos os atos e movimentos das criaturas*” (I-II. Q. 93, a 1). Trata-se do plano de Deus, para o governo de suas criaturas. É uma consequência da divina providência. Em cada criatura encontramos uma lei própria de sua natureza, consequência de um lugar designado por Deus em seu projeto divino. A lei eterna é o arquétipo de todas as demais coisas.

A Lei eterna é causa de todas as demais leis.

Todas as coisas criadas estão debaixo a lei eterna. A razão desta absoluta extensão da lei eterna é a universalidade do governo divino.

Deus, enquanto Causa Primeira Universal de todas as coisas, autor de suas essências, diferenças e manifestações do ser, conserva e conduz toda sua obra o fim último ou Bem Comum, que é o próprio Deus. Assim, nos parece evidente concluir que a lei eterna invade toda a obra da criação.

Portanto, todos os seres racionais como irracionais encontram-se submetidos a lei eterna, se bem de maneira diferente.

2. Lei natural

A Lei natural vem a ser a “*participatio legis aeternae in rationali creatura*” (I-II, q.91, 2), ou seja, participação da lei eterna na criatura racional.

Lei eterna e lei natural formam uma só e mesma lei enquanto a raiz. Porém, devemos reconhecer a existência das duas leis. A lei eterna, por ser a própria razão divina, abarca todo o universo criado, incluindo a vida humana, tanto na ordem natural como sobrenatural. A lei natural refere-se exclusivamente a atividade humana moral, em sua esfera moral, sendo conhecida pelo homem progressivamente. Ao ser uma “participação” da lei eterna será consequentemente finita e temporal, como o homem que a recebe.

Uma descrição essencial de lei natural, encontramos na , Introdução a Suma Teológica, I-II, por Santiago Ramirez e outros, q. 94, B.A.C., págs 112 y 113: *lei natural são as proposições imperativas ou preceitos universais da razão prática, participada da lei eterna, acerca das coisas boas ou atos intrinsecamente bons ou maus, em ordem ao bem comum da bem-aventurança natural, promulgadas ou impressas naturalmente na razão humana por Deus como legislador e supremo governante da comunidade natural dos homens*” .

3. Lei positiva humana

A lei natural é uma participação da lei eterna na criatura racional. No entanto, essa participação se limita a alguns princípios comuns, gerais, não chegando até a atividade humana específica, múltipla e variável. Da necessidade do homem de determinar normas particulares, a partir desses primeiros princípios, se chega à lei humana.

A lei humana é algo ordenado a um fim, pois é regra e medida de uma lei superior, que é a lei natural e a lei divina.

4. Lei Divina (ou de Deus)

Segundo O Aquinate (ST I-II, q. 91), além da lei natural e da lei humana, foi necessário a lei divina positiva por quatro motivos:

- a) O primeiro consiste em que o homem está destinado a felicidade eterna, que consiste na beatitude. Só que a ordenação dos atos ao fim último excede a ordem natural, sendo necessário a revelação divina, para que o homem se conduza mais adequadamente a este fim.
- b) Segundo, porque a incerteza das coisas contingentes e particulares, podem produzir juízos equivocados com respeito aos atos humanos. A fim de eliminar qualquer dúvida sobre o que deve ser feito e o que deve ser evitado, Deus revela, por Ele mesmo, uma lei outorga que ao homem absoluta segurança.
- c) Em terceiro lugar, porque o homem pode instituir leis apenas sobre atos externos. Porém o aperfeiçoamento da virtude exige que a perfeição dos atos humanos proceda desde o interior. E para a disciplina destes atos interiores, se faz necessário a lei divina.
- d) Por fim, É impossível ao homem proibir e castigar todos os males. Para estes, acrescenta-se a lei divina, onde são proibidos todos os pecados.

A lei divina positiva emana da lei natural por revelação, tanto no Antigo como no Novo Testamento.

Fonte: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-64/o-conceito-de-lei-segundo-santo-tomas-de-aquino/>

A força da Lei:

Os conceitos da lei apresentam os requisitos de Deus ao homem, a imutável vontade de Deus que nos diz o que é certo e o que é errado, e como o homem deve reagir diante desses fatores. Visto que a lei requer muito mais do que o homem é capaz de cumprir - a impecabilidade - ela se torna uma medida de morte, porquanto a condenação para os desobedientes-isto é, todos os homens-precisa ter seu cumprimento. (Champlin, EBTF, vol. 3, p. 762)

Há recompensas à obediência e punições à desobediência:

Todos quantos, pois, são das obras da lei estão debaixo de maldição; porque está escrito: Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas no Livro da lei, para praticá-las. E é evidente que, pela lei, ninguém é justificado diante de Deus, porque o justo viverá pela fé. Ora, a lei não procede de fé, mas: Aquele que observar os seus preceitos por eles viverá – Gl 3.10 a 12

Não vos enganeis: de Deus não se zomba; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará. Porque o que semeia para a sua própria carne da carne colherá corrupção; mas o que semeia para o Espírito do Espírito colherá vida eterna – Gl 6.7 e 8

Discorrendo a respeito das desobediências intencionais à Lei de Deus o autor da Carta aos Hebreus afirma:

Porque, se vivermos deliberadamente em pecado, depois de termos recebido o pleno conhecimento da verdade, já não resta sacrifício pelos pecados; pelo contrário, certa expectativa horrível de juízo e fogo vingador prestes a consumir os adversários. Sem misericórdia morre pelo depoimento de duas ou três testemunhas quem tiver rejeitado a lei de Moisés. De quanto mais severo castigo julgais vós será considerado digno aquele que calçou aos pés o Filho de Deus, e profanou o sangue da aliança com o qual foi santificado, e ultrajou o Espírito da graça? Ora, nós conhecemos

aquele que disse: A mim pertence a vingança; eu retribuirei. E outra vez: O Senhor julgará o seu povo. Horrível coisa é cair nas mãos do Deus vivo – Hb 10.26 a 31

A lei de Moisés, à qual o autor se refere, é constituída de 3 partes:

1. Lei Moral – O Decálogo
2. Leis Cerimoniais
3. Leis Civis

Toda a lei de Moisés, que é uma espécie de rascunho da Lei de Deus, foi sintetizada por Jesus em dois preceitos:

1. Amar a Deus de todo coração
2. Amar ao próximo como a nós mesmos

Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas – Mt 22.40

Nenhum de nós obedeceu à Lei de Deus:

...pois todos pecaram e carecem da glória de Deus – Rm 3.23

Assim, todos devem receber em si mesmos o castigo merecido:

Eis que todas as almas são minhas; como a alma do pai, também a alma do filho é minha; a alma que pecar, essa morrerá – Ez 18.4

...porque o salário do pecado é a morte – Rm 6.23a

Todavia, a morte do pecador representa unicamente o castigo decorrente da desobediência e não sua redenção.

II. A LEI DE DEUS EXIGE REPARAÇÃO PLENA

A Lei de Deus foi desobedecida desde o princípio e nenhum dos transgressores poderiam se oferecer para reparar o dano causado. Somente alguém totalmente obediente poderia suprir um pagamento à altura do dano causado.

A desobediência à lei de Deus deve ser reparada com a morte do transgressor.

A alma que pecar, essa morrerá; o filho não levará a iniquidade do pai, nem o pai, a iniquidade do filho; a justiça do justo ficará sobre ele, e a perversidade do perverso cairá sobre este – Ez 18.20

As leis cerimoniais foram acrescentadas à lei moral – o Decálogo – como provisão para que os transgressores da lei moral não sofressem imediatamente o dano causado por seus pecados.

Mas o novilho e o bode da oferta pelo pecado, cujo sangue foi trazido para fazer expiação no santuário, serão levados fora do arraial; [...] Isso vos será por estatuto perpétuo: no sétimo mês, aos dez dias do mês, afligireis a vossa alma e nenhuma obra fareis, nem o natural nem o estrangeiro que peregrina entre vós. Porque, naquele dia, se fará expiação por vós, para purificar-vos; e sereis purificados de todos os vossos pecados, perante o SENHOR – Lv 16.27 a 30 (editado)

Os sacrifícios de animais eram uma espécie de solução provisória, “adicionada por causa das transgressões, até que viesse o descendente a quem se fez a promessa” – Gl 3.19.

O termo hebraico *kâphar* – expiação – indica cobrir, tolerar, apaziguar, perdoar, aplacar, lançar fora, purgar, usar de misericórdia.

Bem-aventurado aquele cuja iniquidade é perdoada, cujo pecado é coberto. Bem-aventurado o homem a quem o SENHOR não atribui iniquidade e em cujo espírito não há dolo – Sl 32.1 e 2

No Dia da Expição (Lv 16) animais eram oferecidos no lugar dos ofertantes e do povo hebreu para que Deus se mostrasse favorável a eles e não os punisse por seus pecados.

O que aconteceu na primeira Páscoa foi uma antecipação disso:

Porque, naquela noite, passarei pela terra do Egito e ferirei na terra do Egito todos os primogênitos, desde os homens até aos animais; executarei juízo sobre todos os deuses do Egito. Eu sou o SENHOR. O sangue vos será por sinal nas casas em que estiverdes; quando eu vir o sangue, passarei por vós, e não haverá entre vós praga destruidora, quando eu ferir a terra do Egito. Este dia vos será por memorial, e o celebrareis como solenidade ao SENHOR; nas vossas gerações o celebrareis por estatuto perpétuo – Êx 12.12 a 14

O sangue do cordeiro pascal, aspergido nas portas das casas dos hebreus garantiu a eles proteção contra o anjo da morte que poupou os filhos primogênitos deles.

A primeira Páscoa foi uma sombra da verdadeira Páscoa:

- Na primeira Páscoa o pai de família matou um cordeiro – um animal – e aspergiu o sangue dele no portal de sua casa.
- Na verdadeira páscoa o Cordeiro de Deus “que tira o pecado do mundo” – Jo 1.29 – foi oferecido por Deus para a nossa salvação eterna.
- A primeira Páscoa celebra a libertação do povo de Israel do cativeiro do Egito.
- A verdadeira Páscoa é a nossa libertação do império das trevas para vivermos no “reino do Filho do seu amor” – Cl 1.13.

Tudo o que a Lei de Deus exigia Jesus cumpriu:

Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir – Mt 5.17

Jesus é a provisão da graça de Deus.

Porque a lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo – Jo 1.17

Tendo cumprido toda a Lei de Deus Jesus se tornou nosso redentor e remidor.

III. JESUS CRISTO É O REDENTOR

Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo, assim como nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado, no qual temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça – Ef 1.3 a 7

Assim como Deus, por meio de Moisés, libertou o povo hebreu do Egito, assim também Deus, por meio de Jesus Cristo nos liberta do império das trevas.

Moisés não conseguiu introduzir o povo hebreu na Terra Prometida, porém, Jesus Cristo o nosso libertador eterno nos introduz em seu reino de amor.

Nesse reino de amor temos redenção e remissão dos pecados.

Redenção – *apolytrosis* – Esse termo grego indica a ideia de “comprar de volta”, “resgatar” algo que fora perdido de alguma forma. Está presente a noção de libertação de escravo que é comprado no mercado de escravos no intuito de ser liberto. O termo tanto pode aludir à compra em si como também ao preço pago pelo resgate do referido escravo.

A redenção é a libertação do poder do pecado, mas também envolve a ação de retirar os escravos comprados de um ambiente de escravidão – no caso o império das trevas. Nossa redenção é eterna – Hb 8.12.

Em Efésio 1.7 o mesmo vocábulo indica “reobter por meio de compra”, “libertar por meio de um resgate”. A libertação está em foco, a libertação do poder do pecado, assim como o povo hebreu foi liberto do poder de faraó e do Egito.

A libertação nunca é um fim em si mesmo, assim como o povo hebreu foi liberto da escravidão do Egito para viver como libertos na terra prometida, nós fomos libertos do império das trevas para vivermos nossa liberdade no reino do Filho do seu amor.

Champlin (1998, Vol. 5, p. 92) comenta:

Na redenção, pois, somos absorvidos pelo oceano da graça divina, embora não percamos nossa individualidade. Nas profundezas oceânicas de seu amor, a vida se vai tornando cada vez mais rica e cheia. Os remidos serão cheios para sempre com toda a plenitude de Deus (Ef 3.19). [...] É através de Cristo, o objeto do amor especial de Deus, o qual também fez expiação eterna por nós, que chegamos ao reino da luz. É em Cristo que se unem o criador e a sua criação, e a passagem que se segue é uma descrição exata de sua elevada natureza, de sua exaltada posição, de seu poder sem-igual, que tanto é remidor como é governamental.

O autor de Hebreus esclarece:

Portanto, se o sangue de bodes e de touros e a cinza de uma novilha, aspergidos sobre os contaminados, os santificam, quanto à purificação da carne, muito mais o sangue de Cristo, que, pelo Espírito eterno, a si mesmo se ofereceu sem mácula a Deus, purificará a nossa consciência de obras mortas, para servirmos ao Deus vivo! Por isso mesmo, ele é o Mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados – Hb 9.13 a 15

IV. JESUS CRISTO É O REMIDOR

Ele nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho do seu amor, no qual temos a redenção, a remissão dos pecados – Cl 1.13 e 14

Remissão – *apheisin* – o termo grego implica em perdão. Segundo Thayer o termo implica em libertação de um estado de escravidão ou prisão. Mounce enfatiza a noção de cancelamento de um débito, uma dívida.

A respeito do perdão as Escrituras nos ensinam:

1. O perdão foi prometido (Is 1.18; Jr 31.34 com Hb 8.12; Jr 50.22).
2. Não há perdão sem derramamento de sangue (Lv 17.11 com Hb 9.22).
3. Os sacrifícios da lei são ineficazes para tanto (Hb 10.4).
4. As purificações externas são ineficazes para tanto (Jó 9.30,31; Jr 2.22).
5. O sangue de Cristo é o único meio eficaz de perdão (Zc 13.1 com 1Jo 1.7).
6. O perdão é concedido exclusivamente por Deus (Dn 9.9; Mc 2.7).
7. Por Cristo (Mc 2.5; Lc 7.48).
8. Por meio de Cristo (Lc 1.69,77; At 5.31; 13.38)

Somos perdoados de nossos pecados pela obediência plena de Cristo em nosso lugar e em nosso favor.

1. Jesus morreu em nosso lugar:

Mas agora, sem lei, se manifestou a justiça de Deus testemunhada pela lei e pelos profetas; justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos [e sobre todos]

os que creem; porque não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus – Rm 3.21 a 26

Ora, tudo provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação, a saber, que Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões, e nos confiou a palavra da reconciliação. [...] Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus – 2Co 5.18 a 21 (editado)

2. Jesus morreu em nosso favor:

Certamente, ele tomou sobre si as nossas enfermidades e as nossas dores levou sobre si; e nós o reputávamos por aflito, ferido de Deus e oprimido. Mas ele foi traspassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados. Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho, mas o SENHOR fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos. Ele foi oprimido e humilhado, mas não abriu a boca; como cordeiro foi levado ao matadouro; e, como ovelha muda perante os seus tosquiadores, ele não abriu a boca. Por juízo opressor foi arrebatado, e de sua linhagem, quem dela cogitou? Porquanto foi cortado da terra dos viventes; por causa da transgressão do meu povo, foi ele ferido – Is 53.4 a 8

CONCLUSÃO:

A verdadeira Páscoa, aquela na qual o Cordeiro de Deus foi imolado em nosso lugar e em nosso favor, é a razão da primeira e de todas as outras Páscoas. Hoje a instrução do apóstolo é a seguinte:

Livrem-se do fermento velho, para que sejam massa nova e sem fermento, como realmente são. Pois Cristo, nosso Cordeiro pascal, foi sacrificado. Por isso, celebremos a festa, não com o fermento velho, nem com o fermento da maldade e da perversidade, mas com os pães sem fermento da sinceridade e da verdade – 1Co 5.7 e 8 (NVI)

Agostinho orou:

Só na grandeza da Tua misericórdia coloco toda minha esperança. Dai-me o que me ordenas e ordena-me o que quiserdes. Mandas que sejamos castos. “Sabendo, diz um sábio, que ninguém pode ser casto se Deus não lhe der este dom, já é sabedoria saber de quem procede este dom”. [...] Dá-me o que mandas, e ordena o que quiseres! [...] Por si mesmo, formado do mesmo pó que nós, nada podia aquele cujas palavras inspiradas tanto amei: “Tudo posso naquele que me fortalece” – Concede-me forças, para que eu possa. Dá-me o que mandas, e manda o que quiseres. [...] Concede-me o que amo, pois este amor é um dom teu. Dá-me, ó Pai, esta graça, tu que sabes presentear com boas dádivas a teus filhos. Concede-me essa luz, porque determinei conhecê-las, e meu esforço será rude até que me reveles esses mistérios. (Capítulos XXIX, XXXI, XXXII)

Que Deus nos ajude.

Amém